

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES

INCONFIDENTES
Março/2016

Prefeita Municipal

Rosângela Maria Dantas

CPF: 533.618.226-53

Controle Interno

Marçal Costa Tunes

CPF: 984.354.266-53

Índice

- 1. Apresentação**
- 2. Introdução**
- 3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual**
- 4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária**
- 5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira**
- 6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial**
- 7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito**
- 8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar**
- 9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal**
- 10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes**
- 11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município**
- 12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos**
- 13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo**
- 14. Aplicação de recursos públicos realizada por Entidades de Direito Privado**

15. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado

16. Participação do município em consórcio público

17. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM

18. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social

19. Parecer Conclusivo

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), art. 42 a 44 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e em atendimento ao disposto nas Instruções Normativas nº 14/2011 e nº 02/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), ao art. 117 da Lei Orgânica Municipal, combinada com os artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2015.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 deixou evidenciado, mais uma vez, a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se, durante o ano de 2015, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação das receitas, a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e, dessa forma, também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas públicas, zelando também pela gestão dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual

O Plano Plurianual (PPA) foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- A meta atingida foi a meta proposta?
- Não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- A ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também foi considerada a arrecadação de nosso Município, que embora não se efetivando de modo esperado, foi suficiente para dar cumprimento ao Plano Plurianual.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO, selecionou-se dentre os programas e ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Dessa forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/1964, na LRF e demais legislações.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se, a seguir, a avaliação do PPA, a qual remete também para a avaliação do cumprimento das prioridades relacionadas na LDO e ações previstas na LOA.

Quadro 1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO E AÇÕES PREVISTAS NA LOA EXERCÍCIO DE 2015								
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO CONTEMPLADAS DO ORÇAMENTO	PRIORITÁRIO		REALIZAÇÃO			VALOR		POPULAÇÃO ATENDIDA
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
Câmara Municipal								
Reforma e Ampliação da Câmara		X		X		9.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades do Corpo Legislativo		X	X			304.500,00	287.366,99	7.290
Manutenção das Atividades Câmara Mirim		X		X		5.000,00	0,00	
Obrigações de Parcelamentos e Encargos s/ a Dívida		X	X			23.000,00	8.793,35	
Manutenção das Atividades das Secretarias		X	X			330.690,00	272.469,35	7.290
Manutenção de Publicidades e Divulgações Oficiais		X	X			24.000,00	24.610,00	
Fornecimento de Cestas Básicas para Servidores		X		X		5.000,00	0,00	
Prefeitura Municipal								
Manutenção das Obrigações de Sentenças Judiciais		X		X		3.000,00	0,00	
Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas		X	X			60.430,00	60.267,50	
Encargos/Amortizações de Operações de Crédito		X	X			653.000,00	377.714,99	

Contribuição Formação Patrimonial Servidor Público - PASEP		X	X			155.000,00	138.796,95	
Encargos/Amortização Operações Crédito Educação		X	X			102.060,00	97.377,21	
Transferências a Associação de Municípios – AMESP		X	X			39.000,00	36.826,44	
Manutenção do Convênio com a Polícia Civil		X	X			38.790,00	32.832,39	7.290
Manutenção do Convênio com a Polícia Militar		X	X			33.000,00	30.061,47	7.290
Transferência a AMM – Associação Mineira de Municípios		X		X		8.000,00	0,00	
Transferência a CNM – Confederação Nacional dos Municípios		X	X			6.500,00	6.372,00	
Manutenção das Atividades do Gabinete da Prefeita		X	X			224.280,00	209.799,31	
Manutenção das Homenagens, Recepções e Festividades		X	X			9.000,00	7.938,15	
Manutenção das Atividades do Controle Interno		X	X			52.890,00	53.186,94	
Manutenção das Atividades de Assessoria Jurídica		X	X			133.010,00	121.385,55	
Manutenção das Atividades do Departamento de Administração		X	X			691.140,00	659.347,55	7.290
Fornecimento de Cestas Básicas para Servidores		X	X			73.920,00	64.260,72	
Fornecimento de Energia Elétrica Prefeitura e Dependências		X	X			230.000,00	273.593,31	
Publicações, Divulgações Oficiais e Publicidades		X	X			32.000,00	22.477,75	

Manutenção das Atividades de Defesa Civil		X	X			12.300,00	11.915,82	7.290
Manutenção das Atividades do Telecentro		X	X			42.650,00	900,00	4.000
Manutenção da Torre de Sinais de TV do Município		X	X			16.000,00	6.629,00	3.881
Manutenção das Atividades do Departamento de Licitações		X	X			149.050,00	131.632,47	
Publicações do Departamento de Licitações		X	X			23.000,00	19.844,16	
Manutenção do Setor de Tributação e Fiscalização		X	X			66.660,00	62.423,01	
Manutenção do Setor de Contabilidade e Tesouraria		X	X			265.670,00	259.222,74	
Manutenção das Atividades Administrativas Departamento de Obras		X	X			226.530,00	212.882,68	
Construção de Escola Pública de Educação Infantil	X			X		30.000,00	0,00	
Construção/Reforma de Escolas Ensino Fundamental		X			X	1.061.320,00	77.718,00	76
Construção do Centro Municipal de Educação Básica		X		X		36.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades da Administração Escolar		X	X			185.430,00	156.388,45	667
Fornecimento de Cestas Básicas Servidores da Educação		X	X			84.840,00	83.470,08	
Manutenção das Atividades do Ensino Infantil		X	X			337.740,00	332.192,58	239
Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental		X	X			314.030,00	283.439,40	428

Manutenção Atividades do Ensino Fundamental - QESE		X	X			11.300,00	3.948,25	428
Manutenção Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB		X	X			1.337.800,00	1.330.361,81	428
Manutenção do Ensino Infantil – FUNDEB		X	X			504.770,00	404.379,72	239
Fornecimento de Uniformes para o Ensino Infantil		X	X			8.000,00	2.166,66	69
Fornecimento de Uniformes p/ o Ensino Fundamental		X	X			24.000,00	9.967,96	218
Manutenção das Atividades do Transporte Escolar		X	X			544.960,00	520.456,11	435
Manutenção das Atividades do Transporte Escolar - QESE		X	X			150.000,00	174.890,65	435
Manutenção das Atividades do Transporte Escolar - PNATE		X	X			70.350,00	68.703,07	435
Manutenção das Atividades do Transporte Escolar – SEE/TE		X	X			131.000,00	144.362,28	435
Manutenção das Atividades Transporte Escolar - FUNDEB		X	X			16.930,00	122.153,43	435
Manutenção do Fornecimento de Merenda Escolar		X	X			166.620,00	209.951,05	667
Transferência – CISAMESP Consórcio Intermunicipal de Saúde		X	X			78.000,00	73.642,45	7.290
Transferência ao Fundo Estadual de Saúde/Farmácia Básica		X	X			16.000,00	14.307,12	7.290
Transferência Convênio com Casa de Caridade de Ouro Fino		X	X			384.000,00	420.000,00	7.290

Transferência ao CISSUL para Manutenção Atividades do SAMU		X	X			12.000,00	8.367,60	7.290
Construção/Reforma de Unidades de Saúde	X				X	945.000,00	98.655,00	7.290
Aquisição de Veículos para Serviços de Saúde		X		X		239.410,00	0,00	
Manutenção das Atividades Administrativas da Saúde		X	X			151.580,00	121.826,68	7.290
Fornecimento Cestas Básicas Servidores da Saúde		X	X			54.600,00	50.256,72	
Manutenção das Atividades das Unidades de Saúde		X	X			1.652.500,00	1.562.810,82	7.290
Manutenção das Atividades de Saúde Especializada		X	X			10.800,00	14.712,72	7.290
Manutenção das Atividades das Unidades Básicas de Saúde		X	X			292.060,00	437.647,75	7.290
Manutenção das Atividades "Projeto Mais Médicos para o Brasil"		X	X			26.200,00	32.350,00	7.290
Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF		X	X			186.520,00	173.354,64	7.290
Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS		X	X			221.130,00	204.205,28	7.290
Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - RP		X	X			233.220,00	102.431,83	7.290
Manutenção das Atividades do Programa Saúde em Casa		X	X			29.000,00	18.893,50	7.290
Manutenção das Atividades Agentes Comunitários Saúde - RP		X		X		107.750,00	0,00	

Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária		X	X			22.140,00	13.746,09	7.290
Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica		X	X			74.000,00	88.339,75	7.290
Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica - CP		X	X			45.000,00	37.231,60	7.290
Programa de Auxílio Financeiro a Pessoas em Vulnerabilidade Social		X	X			10.000,00	21.063,86	66
Convênio com Clube da Melhor Idade de Inconfidentes		X		X		2.000,00	0,00	
Auxílio Financeiro a Pessoas em Vulnerabilidade Social		X		X		1.500,00	0,00	
Transferências do Convênio com a APAE de Ouro Fino		X	X			50.000,00	35.000,00	16
Convênio Sociedade Guarda Mirim Mário Alfredo Teodoro		X	X			22.000,00	22.000,00	112
Convênio Associação Mineira de Habitação - AMHA		X		X		10.000,00	0,00	
Convênio Entidades Assistenciais Criança e Adolescente - FIA		X		X		5.000,00	0,00	
Construção de casas Programa de Habitação de Interesse Social		X		X		100.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades Administrativas da Assistência Social		X	X			64.110,00	62.499,89	2.332
Fornecimento de Cestas Básicas para Servidores da Assistência Social		X	X			10.080,00	10.435,20	
Manutenção das Atividades de Assistência Social		X	X			184.690,00	213.888,70	2.332

Manutenção Atividades Centro Referência Assistência Social - CRAS		X	X			137.670,00	88.505,06	2.332
Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		X	X			79.080,00	70.083,33	1.706
Atividades para realização do Natal das Crianças		X	X			20.000,00	8.009,30	2.685
Manutenção Atividades Programa Assist. de Inconfidentes – P.A.I		X	X			57.000,00	38.561,78	108
Convênio Associação Circuito Turístico das Malhas Sul Minas		X	X			6.000,00	6.000,00	
Convênio com Associação dos Amigos do Caminho da Fé		X	X			2.000,00	1.584,00	
Manutenção Atividades Setor Indústria Comércio e Turismo		X	X			66.010,00	66.774,86	
Manutenção Atividades Realização Festas do Município		X	X			433.800,00	204.461,99	7.290
Convênio com o Centro de Cultura Colônia - CENCC		X	X			12.000,00	12.000,00	108
Convênio Associação de Radiodifusão de Inconfidentes		X		X		4.000,00	0,00	
Convênio com a Escola de Samba Nação Verde e Branca		X	X			22.000,00	22.000,00	
Manutenção das Atividades do Setor de Cultura		X		X		8.500,00	0,00	
Manutenção das Atividades da Biblioteca Municipal		X	X			18.950,00	15.859,70	7.290
Manutenção Atividades, Eventos e Festividades Culturais		X	X			394.600,00	444.860,79	7.290

Construção/Reforma de Campos de Futebol	X		X			66.000,00	127.608,00	230
Manutenção das Atividades Departamento de Esportes e Lazer		X	X			215.760,00	159.771,74	2.000
Transferência Consórcio Intermunicipal Resíduos Sólidos		X			X	209.000,00	5.100,00	
Contribuição a Fundação Carlos Silvério da Rocha		X		X		10.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades de Gestão Ambiental		X	X			26.000,00	24.857,55	7.290
Manutenção das Atividades de Saneamento Rural		X	x			30.000,00	1.478,60	3.409
Manutenção das Atividades de Saneamento Urbano		X	X			40.000,00	13.743,17	3.881
Manutenção das Transferências do Convênio com a EMATER-MG		X	X			67.800,00	61.518,97	706
Convênio Associação Comunitária Rural Bairros Córrego da Onça e Alto Mogi		X		X		2.500,00	0,00	
Convênio Associação Produtores Rurais Bairro Boa Vista dos Góes		X	X			2.500,00	1.500,00	197
Manutenção Atividades Departamento Agricultura e Gestão Ambiental		X		X		13.000,00	0,00	
Manutenção do Programa de Apoio ao Produtor Rural		X	X			180.000,00	200.894,11	706
Obras de Infraestrutura Urbana	X		X			1.186.000,00	751.737,51	3.881
Construção/Reformas de Pontes Urbanas		X	X			347.000,00	39.988,82	3.881
Manutenção das Atividades de Urbanismo		X	X			475.050,00	540.675,81	3.881

Manutenção Atividades Controle e Segurança do Trânsito		X		X		11.000,00	0,00	
Construção/Reforma de Pontes em Estradas Vicinais		X		X		25.000,00	0,00	
Construção/Abertura de Estradas Vicinais		X	X				7.500,00	3.409
Manutenção das Atividades de Estradas Vicinais		X	X			705.370,00	666.689,50	3.409
Transferência Consórcio Intermunicipal Multif. Região do Médio Sapucaí - CIMMES		X	X				40.147,38	3.881
Obras no Sistema de Iluminação Pública		X		X		130.000,00	0,00	
Manutenção do Sistema de Iluminação Pública		X		X		100.000,00	0,00	
Manutenção das atividades de Limpeza Pública		X	X			187.630,00	198.222,26	7.290
Manutenção das Atividades do Velório e do Cemitério		X	X			29.000,00	21.454,00	
Reserva de Contingência		X		X		31.330,00	0,00	
Total						19.655.000,00	15.094.732,73	

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta. Considerou-se a população estimada 2015. Fonte: IBGE, estimativa da população residente com data de referência 1º de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2015.

As ações executadas pelo Município no exercício de 2015 foram voltadas à manutenção de atividades e investimentos.

Alguns convênios previstos no orçamento 2015 para repasses de recursos a algumas entidades não foram efetivados, entre eles: Clube da Melhor Idade de Inconfidentes; Associação Mineira de Habitação - AMHA; Entidades Assistenciais Criança e Adolescente – FIA; Associação de Radiodifusão de Inconfidentes e Associação Comunitária Rural Bairros Córrego da Onça e Alto Mogi. Foi repassado em valor bem aquém do estimado ao Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, pois das atividades previstas para o ano de 2015, o referido consórcio teve somente os valores devidos a sua implantação inicial, pois ainda não está operando.

Ações previstas para serem executadas nesse exercício não foram concebidas por opção administrativa ou pela não efetivação da receita da maneira esperada, em especial em relação às obras, uma vez que sua realização estava atrelada a convênios que não foram celebrados ou pelas transferências de recursos não terem sido feitas no exercício.

A construção de escola pública de educação infantil, apontada como prioridade da Administração Municipal no PPA para 2015, não foi realizada. A obra de construção/reforma de Unidades de Saúde foi parcialmente executada, pois a liberação de recursos ocorreu por etapas e no momento está paralisado. A obra da construção da Unidade Básica encontra-se somente com a parte de estrutura metálica montada, ou seja, na fase inicial do projeto. A execução está num regime lento, infringindo prorrogações consecutivas no contrato e consequentemente atrasando o prazo final de conclusão da obra.

Outras ações também não foram executadas, das quais fazem parte: reforma e ampliação da Câmara; manutenção das atividades da Câmara Mirim; fornecimento de cestas básicas para servidores da Câmara Municipal; manutenção das obrigações de sentenças judiciais; transferência a AMM – Associação Mineira de Municípios; construção do Centro Municipal de Educação Básica; aquisição de veículos para serviços de saúde; auxílio financeiro às pessoas em vulnerabilidade social; construção casas Programa Habitação de Interesse Social; contribuição a Fundação Carlos Silvério da Rocha; manutenção das atividades de controle e segurança do trânsito; construção/reforma de pontes em estradas vicinais; obras no sistema de iluminação pública; manutenção do sistema de iluminação pública. A construção/reforma de escolas do Ensino Fundamental restringiu-se ao montante gasto na sua fundação, devido a um atraso no início da obra, com a conclusão prevista para 2016; a construção/reforma de pontes urbanas limitou-se a primeira medição da obra, pois o regime constante de chuvas impediu a continuidade da obra, que deve ser concluída em 2016. Não houve a necessidade de gastos com a manutenção das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde – Recursos Próprios; manutenção das atividades do Setor de Cultura; manutenção das atividades do Departamento de Agricultura e Gestão Ambiental e reserva de contingência para riscos fiscais e imprevistos. A manutenção das atividades do Telecentro teve gastos bem abaixo do orçado devido ao seu funcionamento e estrutura, que antes ocorria em imóvel alugado e nesse exercício passou a funcionar em dependência própria da prefeitura, economizando recursos financeiros e de pessoal.

A Administração Municipal deu ênfase à manutenção e ampliação de atividades e ações. Algumas ações tiveram gastos acima do previsto, das quais se destacam: fornecimento de energia elétrica prefeitura e dependências; manutenção das atividades do transporte escolar – QESE; manutenção das atividades do transporte escolar SEE/TE; manutenção das atividades do transporte escolar – FUNDEB; manutenção das atividades de merenda escolar; transferência ao convênio com a Casa de Caridade de Ouro Fino; manutenção das atividades de saúde especializada; manutenção das atividades das Unidades Básicas de Saúde; manutenção das atividades do “Projeto mais médicos para o Brasil”, manutenção

das atividades de vigilância sanitária; manutenção das atividades de vigilância epidemiológica; programa auxílio financeiro a pessoas em vulnerabilidade social; manutenção das atividades de assistência social; manutenção de atividades para eventos e festividades culturais; manutenção do programa de apoio ao produtor rural; manutenção das atividades de urbanismo e manutenção das atividades de limpeza pública. Devem ser também ressaltadas ações não planejadas, porém realizadas, como a construção/abertura de estradas vicinais e a transferência ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Médio Sapucaí – CIMMES, gerando custos que inicialmente não estavam previstos. A obra de construção/reforma de campos de futebol também superou o custo inicialmente planejado.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir, a avaliação das Metas Fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do Exercício de 2015, estabelecidas na LDO, conforme § 1º do art. 4º, da LRF:

Quadro 2

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDO EXERCÍCIO DE 2015		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA	REALIZADA
Receita Total	19.655.000,00	14.802.982,18
(-) Aplicações Financeiras	34.000,00	160.512,16
(-) Operações de Crédito	700.000,00	658.848,04
(-) Receitas de Alienação de Ativos	540.000,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
= RECEITA FISCAL (I)	18.381.000,00	13.983.621,98
Despesa Total	19.655.000,00	15.094.732,73
(-) Juros e Encargos da Dívida	183.000,00	102.015,31
(-) Amortização da Dívida	595.060,00	381.870,24
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	18.876.940,00	14.610.847,18
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	-495.940,00	-627.225,20

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta. Para obter o resultado primário foram consideradas as despesas empenhadas no exercício.

Foi estabelecido o valor negativo de R\$ 495.940,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta reais) como meta de resultado primário a ser atingida no decorrer do Exercício de 2015. Ao final do exercício tal resultado foi apurado no valor negativo de R\$ 627.225,20 (seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no Exercício de 2015, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 3

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDNA NA LDO EXERCÍCIO DE 2015			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2014	Previsão para 2015	Realizado em 2015
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	6.937,14	1.534.701,37	0,00
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	0,00	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo superior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	839.512,92	0,00	1.125.284,07
= Dívida Consolidada	846.450,06	1.534.701,37	1.125.284,07
(-) Total do Ativo Disponível	1.562.044,76	1.000.000,00	1.510.038,79
(-) Haveres Financeiros	25.582,73	0,00	27.670,04
(+) Restos a Pagar Processados	664.088,52	200.000,00	824.347,99
= Dívida Consolidada Líquida	-77.088,91	734.701,37	411.923,23
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00
(-) Passivos Reconhecidos	6.937,14	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida	-84.026,05	734.701,37	411.923,23
RESULTADO NOMINAL		858.440,45	495.949,28

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, mas foram deduzidos os valores das dívidas entre as entidades municipais.

Foi estabelecido o valor de R\$ 858.440,45 (oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos) como meta de resultado nominal a ser atingida no decorrer do Exercício de 2015. Ao final do exercício tal resultado foi apurado em R\$ 495.949,28 (quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos).

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2015 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, na Portaria nº 42/1999 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/2001 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 1.237/2014 de 30 de dezembro de 2014.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada através de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugadas com a observação das despesas efetivamente realizadas no último exercício financeiro;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 19.655.000,00 (dezenove milhões e seiscentos e cinquenta e cinco mil reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

LEI ORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO DE 2015			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	17.977.880,00	Despesas Correntes	14.693.800,00
Receitas de Capital	3.992.040,00	Despesas de Capital	4.929.870,00
Deduções para o FUNDEB	2.314.920,00	Reserva de Contingência	31.330,00
TOTAL	19.655.000,00	TOTAL	19.655.000,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/1964, Lei nº 8.666/1993, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo os arts. 8º e 13 da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Dessa forma, e de maneira bem simples, atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através de cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2015.

Nesses aspectos, a Programação Financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;

- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2015;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal - Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2015;
- Informações do Setor de Pessoal da entidade;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara Municipal;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a Programação da Financeira e o Cronograma de Desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar, de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2015							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	17.977.880,00	16.068.400,25	-1.909.479,75	Créditos Orçamentários e Suplementares	20.407.450,95	15.047.085,35	-5.360.365,60
Receitas de Capital	3.992.040,00	778.848,04	-3.213.191,96	Créditos Especiais e Extraordinários	50.647,38	47.647,38	-3.000,00
Outras Deduções de Receita	0,00	-3.705,52	-3.705,52				
Deduções para FUNDEB	-2.314.920,00	-2.040.560,59	274.359,41				
Soma	19.655.000,00	14.802.982,18	-4.852.017,82	Soma	20.458.098,33	15.094.732,73	-5.363.365,60
Déficit	803.098,33	291.750,55	-511.347,78	Superávit	0,00	0,00	0,00
Total	20.458.098,33	15.094.732,73	-5.363.365,60	Total	20.458.098,33	15.094.732,73	-5.363.365,60

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 19.655.000,00 (dezenove milhões e seiscentos e cinquenta e cinco mil reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 14.802.982,18 (quatorze milhões, oitocentos e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos) ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 4.852.017,82 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e oitenta e dois centavos).

O déficit apresentado na coluna execução das receitas demonstra certo desequilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada no exercício de 2015, contudo a Administração Municipal está implantando novas formas de planejamento para que o equilíbrio seja restabelecido até o final do mandato, visando atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

4.4. Créditos Adicionais

4.4.1. Créditos Suplementares

Os Créditos Suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/1964 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os Créditos Suplementares atingiram o valor de R\$ 1.891.098,52 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2015	
Lei Orçamentária de 2015	19.655.000,00
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	15%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	2.948.250,00
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	0,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	2.948.250,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	1.891.098,52
(=) Diferença a Maior ou a Menor	1.057.151,48

4.4.2. Créditos Especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/1964, do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa. Os Créditos Especiais atingiram o valor de R\$ 50.647,38 (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Quadro 7

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2015	
Total dos Créditos Especiais Autorizados	50.647,38
(-) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	50.647,38
(=) Diferença a Maior ou a Menor	0.00

4.4.3. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de Créditos Adicionais

Quadro 8

APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2015	
Receita Prevista na LOA	19.655.000,00
(-) Receita Arrecadada	14.802.982,18
(=) Insuficiência de Arrecadação	4.852.017,82
(-) Créditos Extraordinários Abertos no Exercício sem a Indicação do Recurso Correspondente	0,00
(=) Insuficiência de Arrecadação	4.852.017,82
Total de Créditos Adicionais Abertos por Excesso de Arrecadação	84.514,22

A abertura de Créditos Adicionais por excesso de arrecadação foi realizada pelos Decretos Municipais nº 1.383, nº 1.396, nº 1.400, nº 1.401 e nº 1.405, levando-se em conta o excesso de arrecadação por fonte, com embasamento legal no inciso II, do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, c/c o parágrafo único do artigo 8º e artigo 50 da Lei Complementar 101/2000.

4.4.4. Superávit financeiro utilizado para a abertura de Créditos Adicionais

Quadro 9

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2015	
Total do Ativo Financeiro de 31/12/2014	1.587.627,49
(-) Total do Passivo Financeiro de 31/12/2014	1.729.367,92
(=) Déficit Financeiro	141.740,43
(-) Saldo Remanescente de Créditos Adicionais Transferidos do Ano Anterior e Reaberto no Exercício atual sem o Recurso Correspondente	0,00
(-) Operações de Créditos Arrecadadas no Ano Anterior e não Utilizadas para a Abertura de Créditos Adicionais	0,00
(=) Déficit Financeiro Líquido	141.740,43
Total de Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro	472.396,34

Nota: As operações de crédito não utilizadas devem ser subtraídas, nesse caso, porque os créditos adicionais foram abertos com o recurso “operação de crédito” e não pelo superávit financeiro.

A abertura de Créditos Adicionais por superávit financeiro foi realizada pelos Decretos Municipais nº 1.364, nº 1.368, nº 1.371, nº 1.383, nº 1.384, nº 1.386, nº 1.388, nº 1.389, nº 1.396, nº 1.401 e nº 1.408, levando-se em conta o superávit financeiro por fonte apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2014, com embasamento legal no inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, c/c o parágrafo único do artigo 8º e artigo 50 da Lei Complementar 101/2000.

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promove-se aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 10

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2013, 2014 e 2015								
EXERCÍCIOS	2013		2014			2015		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	12.185.395,65	95,60	13.094.453,51	17,25	86,42	14.024.134,14	15,09	94,74
Receitas de Capital	561.064,55	4,40	2.058.025,07	212,72	13,58	778.848,04	38,82	5,26
TOTAL	12.746.460,20	100,00	15.152.478,58	28,13	100	14.802.982,18	16,13	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 94,74% (noventa e quatro inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 5,26% (cinco inteiros e vinte e seis centésimos por cento).

Pode-se perceber a partir do quadro acima que as receitas apresentaram um crescimento da ordem de 16,13% (dezesseis inteiros e treze centésimos por cento).

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 11

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS DE 2013, 2014 e 2015								
EXERCÍCIOS	2013		2014			2015		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	11.342.997,01	90,87	12.959.253,82	20,90	82,89	13.510.608,71	19,11	89,51
Despesa de Capital	1.140.118,87	9,13	2.674.731,62	272,24	17,11	1.584.124,02	38,94	10,49
TOTAL	12.483.115,88	100,00	15.633.985,44	36,69	100	15.094.732,73	20,92	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatou-se que as Despesas Correntes participaram com 89,51% (oitenta e nove inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) das despesas orçamentárias, cabendo às Despesas de Capital o percentual de 10,49% (dez inteiros e quarenta e nove centésimos por cento).

Pode-se perceber a partir do quadro acima que as despesas apresentaram um crescimento da ordem de 20,92% (vinte inteiros e noventa e dois centésimos por cento).

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2015 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, porém não utilizada.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no Exercício de 2015, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2015 assim pode ser demonstrada:

Quadro 12

BALANÇO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO 2015			
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
(R\$)		(R\$)	
Orçamentários	14.802.982,18	Orçamentários	15.094.732,73
Extra-orçamentários	8.060.784,88	Extra-orçamentários	7.818.952,99
SOMA	22.863.767,06	SOMA	22.913.685,72
Disponível no Período Anterior	1.587.627,49	Disponível para o Período Seguinte	1.537.708,83
TOTAL	24.451.394,55	TOTAL	24.451.394,55

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:
 - Banco do Brasil
 - Caixa Econômica Federal
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida à receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresentam-se a seguir as metas Mensais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso (previsto e realizado).

Quadro 13

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO		
2015		
Meses	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)
Janeiro	1.611.857,50	1.400.476,67
Fevereiro	2.469.751,66	1.439.853,19
Março	1.191.063,61	1.171.309,06
Abril	1.940.424,96	1.057.047,72
Maiο	1.994.663,40	1.297.380,42
Junho	1.996.892,51	1.363.042,74
Julho	1.755.853,74	1.166.830,37
Agosto	1.498.452,59	1.060.449,43
Setembro	1.283.532,75	972.075,53
Outubro	1.101.939,35	1.385.059,23
Novembro	1.204.393,45	1.059.189,66
Dezembro	1.606.174,48	1.430.268,16
TOTAL	19.655.000,00	14.802.982,18

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Quadro 14

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL		
2015		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)
Janeiro	757.518,66	5.979.534,01
Fevereiro	1.278.163,60	1.358.714,60
Março	1.304.559,86	991.067,70
Abril	1.532.306,14	855.239,69
Maiο	2.010.549,62	869.940,21
Junho	1.923.684,51	995.028,08
Julho	1.506.171,97	1.156.685,36

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL		
2015		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)
Agosto	2.129.658,73	944.226,24
Setembro	1.449.135,35	759.235,96
Outubro	1.390.332,09	1.171.707,85
Novembro	1.352.398,40	860.886,85
Dezembro	3.020.521,07	-847.533,82
TOTAL	19.655.000,00	15.094.732,73

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

***A Despesa Empenhada de dezembro apresentou o valor de R\$ -847.533,82, pois foram empenhados R\$ 1.564.637,48 e cancelados R\$ 2.412.171,30.**

Quadro 15

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO		
2015		
Meses	Pagamentos Previstos (R\$) (Liquidados)	Pagamentos Realizados (R\$)
Janeiro	657.089,35	647.974,55
Fevereiro	1.206.650,60	1.147.439,88
Março	1.260.356,00	1.112.599,62
Abril	1.129.093,89	449.481,32
Mai	1.179.722,35	1.702.269,14
Junho	1.358.087,09	1.302.354,79
Julho	1.268.974,72	1.162.855,45
Agosto	1.067.082,20	1.042.611,38
Setembro	1.117.134,69	531.784,14
Outubro	1.236.260,88	1.708.877,23
Novembro	1.085.558,75	1.058.612,21
Dezembro	1.963.071,01	1.843.168,83
TOTAL	14.529.081,53	13.710.028,54

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2014 e 2015:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 16

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2014 e 2015					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2014 (R\$)	2015 (R\$)	TÍTULOS	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Circulante	1.595.493,88	1.547.880,32	Circulante	673.517,66	845.015,06
Não Circulante	13.531.049,06	14.112.639,62	Não Circulante	846.450,06	1.125.284,07
Soma do Ativo	15.126.542,94	15.660.519,94	Soma do Passivo	1.519.967,72	1.970.299,13
			Patrimônio Líquido	13.606.575,22	13.690.220,81
TOTAL	15.126.542,94	15.660.519,94	TOTAL	15.126.542,94	15.660.519,94

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Circulante

- Caixa - constam os valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12.

Ativo Não Circulante

- Bens Móveis e Imóveis - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que está sendo mantido o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.
- Almojarifado - o saldo dos bens em Almojarifado confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12. A Administração Municipal não possui um almojarifado totalmente centralizado, de maneira que é mantido o controle de entradas e saídas do estoque, com base nas notas fiscais recebidas e nas informações repassadas pelos respectivos setores a onde os produtos são posteriormente encaminhados após conferência. Foi constatado que os setores carecem de um controle mais efetivo, de preferência informatizado, que permita apurar com segurança os produtos em estoque e repassar com maior agilidade as informações processadas. Foi observada, também, a falta da utilização de requisições por escrito para as saídas dos produtos dos setores municipais.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatou-se a existência de sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.

Passivo Circulante

- Restos a pagar de 2015 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos e consignações - os saldos dos depósitos e consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Não Circulante

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo e a soma do Passivo. Quando a diferença é positiva apura-se o Patrimônio Líquido, caso.

Em 2015, apurou-se um Patrimônio Líquido de R\$ 13.690.220,81 (treze milhões, seiscentos e noventa mil, duzentos e vinte reais e oitenta e um centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO DE 2015			
VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.228.594,21	Pessoal e Encargos	7.559.998,84
Contribuições	297.174,27	Benefícios Previdenciários	60.267,50
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11.938,55	Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.981.286,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	321.667,65	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	102.015,31
Transferências e Delegações Recebidas	14.749.874,48	Transferências e Delegações Concedidas	3.365.089,74
Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	27.500,00	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.253,12
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.342.451,90	Tributárias	140.453,68
		Custos das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços por Estados	0,00
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.678.190,82
Total das Variações Aumentativas	18.979.201,06	Total das Variações Diminutivas	18.895.555,47
		Resultado Patrimonial	83.645,59
Total Geral	18.979.201,06	Total Geral	18.979.201,06

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultante ou independente da execução orçamentária, demonstrando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações;
- O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado.

Mutações Patrimoniais - Passivas

- O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica 1930.00.00 - Receita da Dívida Ativa e 1913.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;
- O total da inscrição da Dívida Fundada Interna referente aos contratos de Empréstimos e Financiamentos confere com o total da receita arrecadada na rubrica 2110.00.00 – Operações de Crédito Internas.

Independentes da Execução Orçamentária – Ativas

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados;

- O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado;
- O valor da inscrição da Dívida Fundada contratada no exercício confere com o contrato.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2015, apurou-se um superávit de R\$ 83.645,59 (oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA/EXTERNA					
EXERCÍCIO DE 2015					
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição Atualização	Baixa Amortização	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	846.450,06	660.704,25	381.870,24	0,00	1.125.284,07
Total Geral	846.450,06	660.704,25	381.870,24	0,00	1.125.284,07

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, inclusive as dívidas entre entidades da mesma esfera governamental.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior;
- O valor da amortização, apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado;
- Os empréstimos e financiamentos contraídos no exercício, com prazo de amortização superior a 12 meses, foram contabilizados na rubrica 2110.00.00 – Operações de Créditos e os valores guardam paridade com a emissão da dívida apresentada na Demonstração da Dívida Fundada;

- Os parcelamentos de débito com INSS, FGTS, PASEP e outros, contraídos no exercício conferem com o valor da emissão da dívida apresentado na Demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 19

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2015						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar	1.719.938,78	1.384.704,19	0,00	1.154.101,41	146.343,65	1.804.197,91
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	9.429,14	5.854.132,58	0,00	5.842.903,47	0,00	20.658,25
Cauções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	1.729.367,92	7.238.836,77	0,00	6.997.004,88	146.343,65	1.824.856,16

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 20

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2015						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Depósitos	25.582,73	86.917,53	0,00	84.830,22	0,00	27.670,04
Total Geral	25.582,73	86.917,53	0,00	84.830,22	0,00	27.670,04

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2015 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.7. Análise do Equilíbrio das Contas Públicas

Quadro 21

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2014	2015
Disponível em Caixa e Bancos (A)	1.587.627,49	1.537.708,83
Passivo Circulante (B)	637.517,66	845.015,06
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	2,36	1,82

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R\$ 1,00** de dívida a curto prazo no dia 31/12/2015, a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível em Caixa e Bancos **R\$ 1,82**.

Quadro 22

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2014	2015
Ativo Circulante (A)	1.595.493,88	1.547.880,32
Passivo Circulante (B)	673.517,66	845.015,06
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	2,37	1,83

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R\$ 1,00** de Passivo Financeiro no dia 31/12/2015, a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível o valor de **R\$ 1,83**.

Quadro 23

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2014	2015
Ativo (A)	15.126.542,94	15.660.519,94
Passivo (B)	1.519.967,72	1.970.229,13
Índice de Liquidez Real (A/B)	9,95	7,95

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R\$ 1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2015, a Prefeitura e a Câmara possuíam **R\$ 7,95** de ativo real.

Os índices de liquidez imediata, corrente e real apresentaram queda em 2015, se comparados a 2014.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Quadro 24

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2015	
TÍTULOS	(R\$)
Receita Corrente Líquida (A)	14.024.134,14
Operações de Crédito realizadas em 2015 (B)	658.848,04
Despesas de Capital realizadas em 2015 (C)	1.584.124,02
Total amortizações, juros e encargos da Dívida Consolidada realizada em 2015 (D)	381.870,24

TÍTULOS	Limite Máximo	Realizado
Realização de Operações de Crédito quanto à RCL $[(B / A) * 100]$	16,0%	4,70%
Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos da dívida $[(D / A) * 100]$	11,5%	2,72%
Realização de Operações de Crédito em relação à Despesa de Capital $[(B / C) * 100]$, exceto Operações de Crédito realizadas de acordo com art. 167, III da CF.	100%	41,59%

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Para o cálculo da apuração das operações de crédito realizadas utilizou-se a despesa de capital empenhada no exercício.

- O montante global das operações realizadas no exercício financeiro de 2015 não foi superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida;
- O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativo a valores a desembolsar de Operações de Crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;
- O saldo devedor das Operações de Crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu, no exercício, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida;
- As operações de crédito contratadas no exercício não ultrapassaram o limite das despesas de capital fixadas na LOA.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Poder Executivo: Prefeitura

Os restos a pagar inscritos pelo Poder Executivo no exercício de 2015 totalizaram o montante de R\$ 1.337.975,92 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), sendo R\$ 782.235,22 (setecentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos) de restos a pagar processados e R\$ 555.740,70 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e setenta centavos) de restos a pagar não processados, enquanto a disponibilidade de caixa totalizou o montante de R\$ 1.344.511,18 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e dezoito centavos) antes da inscrição dos referidos restos a pagar.

Em termos de valores totais a disponibilidade de caixa foi suficiente para o pagamento dos restos a pagar inscritos pelo Executivo Municipal durante o exercício de 2015, porém analisando os valores por vínculo constata-se que as contas Ensino, Assistência Social, Saúde e Recursos Próprios não dispuseram de saldo suficiente para o efetivo pagamento. Existe, no entanto, o compromisso nesse exercício, que corresponde ao último ano de mandato, de equilibrar as contas públicas e atender de forma plena as exigências legais.

◆ Poder Legislativo: Câmara Municipal

Os restos a pagar inscritos pelo Poder Legislativo no exercício de 2015 totalizaram o montante de R\$ 46.728,27 (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), sendo o valor de R\$ 36.817,77 (trinta e seis mil, oitocentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) referente a restos a pagar processados e R\$ 9.910,50 (nove mil, novecentos e dez reais e cinquenta centavos) de restos a pagar não processados, enquanto a disponibilidade financeira totalizou o montante de R\$ 165.527,61 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos).

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 25

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	14.024.134,14	100
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	7.505.482,64	53,52
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (incluindo as despesas com Consórcios) (C) (percentual = C/A x 100)	7.111.475,00	50,71
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	394.007,64	2,81

Nota: Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Para o cálculo da despesa com pessoal do Poder Executivo considerou-se o valor de R\$ 7.170.639,30 e subtraiu-se o valor de R\$ 59.164,30 referente aos gastos com inativos.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes

10.1. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro 26

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		
EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	VALOR (R\$)	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	11.735.713,05	100
Valor Empenhado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil e Fundamental) (B) {percentual = (B/A) * 100}	3.388.449,19	28,87
Valor Aplicado com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil e Fundamental) (C) {percentual = (C/A) * 100}	3.354.615,06	28,58

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Os restos a pagar do ensino estão acobertados por recursos financeiros disponíveis na conta bancária vinculada ao ensino.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 27

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	VALOR (R\$)	%
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) e recursos não aplicados no exercício anterior (A)	1.872.684,36	100
Despesas Aplicadas no Exercício = (B/A) * 100}	1.856.234,86	99,12
Despesas Aplicadas no Exercício c/a Remuneração dos Profissionais do Magistério (C) {percentual = (C/A) * 100}	1.707.102,68	91,16

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

Conforme determina o parágrafo único, do art. 27, da Lei 11.494/2007, a prestação de contas está instruída com o parecer conclusivo do conselho acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB.

10.3. Ensino Fundamental e Especial

O Município atuou prioritariamente no Ensino Fundamental e no Ensino Infantil.

O Município concedeu subvenção a APAE, contudo os referidos gastos não entraram no cômputo dos recursos aplicados no ensino.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite mínimo a ser aplicado na saúde, com vigência inicial no exercício financeiro de 2000. A partir do exercício financeiro de 2000, os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Quadro 28

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	11.347.264,58	100
Valor Empenhado nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	2.342.231,83	20,64
Valor Aplicado com Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (C) {percentual = (C/A * 100}	2.160.426,28	19,04

O Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios durante o exercício de 2015, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/2000.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 29

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
EXERCÍCIO DE 2015		
HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior	173.696,55	
Receita de Alienações (leilão de veículos e máquinas)	0,00	
Rentabilidade de Aplicação Financeira	0,00	
Despesas de Capital (fundação em radier e bate-estaca para a construção de escola Bairro Boa Ventura, aquisição de imóvel no Bairro Boa ventura para a construção de campo de futebol, aquisição de eletrocardiógrafos, canetas odontológicas, micro motores, seladora, suporte para alteres, aparelho fotopolimerizador, autoclave e ultrassom para as Unidades Básicas de saúde e construção de campo de futebol no Bairro Porantava)		157.760,65
Totais	173.696,55	157.760,65
Saldo para o exercício seguinte	15.935,90	
Saldo em Banco	15.935,90	

Nota: Do total Empenho de R\$ 228.368,65 foram aplicados no exercício R\$ 157.760,65 oriundos de recursos de alienação de ativos, restando R\$ 70.608,00 inscritos em restos a pagar não processados e o valor de R\$ 15.935,90 de saldo em banco para o pagamento dessas despesas em 2016.

Os recursos arrecadados no exercício de 2015, oriundos da alienação de bens foram utilizados no pagamento de despesas de capital, conforme determina o art. 44 da LRF. Os recursos que não foram utilizados encontram-se depositados em conta bancária, os quais serão empregados no exercício seguinte para o pagamento de despesas de capital, conforme também determina o art. 44 da LRF.

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 30

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, ARRECADADAS em 2014	11.271.070,07	100
Limite máximo de repasses ao Poder Legislativo em 2015	788.974,90	7
Valor de Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual 2015 – Lei nº 1.237/2014	701.190,00	6,22
Repasse realizados ao Poder Legislativo em 2015	701.190,00	6,22

O total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias arrecadadas em 2014 totalizaram R\$ 11.271.070,07 (onze milhões, duzentos e setenta e um mil, setenta reais e sete centavos), enquanto os repasses ao Poder Legislativo no Exercício de 2015 totalizaram o valor de R\$ 701.190,00 (setecentos e um mil, cento e noventa reais) estando, portanto, abaixo do limite máximo permitido e de acordo com a proporção fixada na LOA. Assim, os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/2000 e na Emenda Constitucional 58/2009.

14. Aplicação de recursos públicos realizada por Entidades de Direito Privado

Quadro 31

DEMONSTRATIVO DOS VALORES REPASSADOS A ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO EXERCÍCIO DE 2015		
CONVÊNIO/ LEI MUNICIPAL	ENTIDADE	REPASSE R\$
Lei Municipal nº 422/1978	AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí	36.826,44
Termo de Contribuição nº 1627/2015	CNN – Confederação Nacional dos Municípios	6.372,00
Lei Municipal nº 697/1995	CISAMESP - Consórcio Intermunicipal de Saúde	73.642,45
Convênio nº 04/2015	Casa de Caridade de Ouro Fino	420.000,00
Convênio nº 08/2013	EMATER - MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais	61.518,97
Convênio nº 06/2015	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Fino	35.000,00
Convênio nº 02/2015	Sociedade Guarda Mirim “Mário Alfredo Teodoro”	22.000,00
Convênio nº 05/2015	Associação Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas	6.000,00
Convênio nº 08/2015	Associação dos Amigos do Caminho da Fé	1.584,00
Convênio nº 03/2015	Centro de Cultura Colônia - CENCC	12.000,00
Convênio nº 01/2015	Grêmio Recreativo Escola de Samba Nação Verde e Branca	22.000,00
Convênio nº 07/2015	Associação Produtores Rurais Bairro Boa Vista dos Góes	1.500,00
Total		698.443,86

A Prefeitura Municipal de Inconfidentes repassou durante o Exercício de 2015 o montante de R\$ 698.443,86 (seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos) às instituições de direito privado mediante convênios, a exceção das contribuições realizadas a AMESP e a CISAMESP, referentes, respectivamente, a 0,5% e 1% da receita do FPM do exercício, conforme determinação de leis municipais específicas e a CNN realizada através de um termo de contribuição, com os valores estipulados em Assembleia de acordo com critérios estipulados como a faixa populacional e coeficientes de FPM. Os convênios firmados apresentaram os requisitos legais, previsão orçamentária, proposição, celebração, formalização, execução e posteriormente a prestação de contas.

15. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado

O patrimônio público é formado por bens de toda a natureza e espécie pertencentes à Administração Municipal, classificados de acordo com a aquisição, finalidade e utilização. O ativo imobilizado compreende o conjunto dos bens tangíveis necessários ao desenvolvimento e execução das atividades exercidas pelo ente público, objetivando o bem comum da coletividade.

Neste contexto a proteção do patrimônio público, em especial do ativo imobilizado, constitui fator essencial para que o município possa atender suas demandas e exercer seu papel atuante na melhoria de vida da população. A preservação de todo bem público é papel primordial do gestor e deve ser cobrado e demonstrado durante o processo de prestação de contas.

A Prefeitura Municipal de Inconfidentes possui controle analítico e individualizado dos bens móveis e imóveis, com sua completa especificação, data de aquisição, valor pago, processo de compra, cópia do documento fiscal, do empenho, plaqueta de identificação, controle documental, registro de propriedade (nos casos de bens imóveis) e identificação do responsável pela guarda. Ao menos uma vez ao ano, é feito um inventário com a impressão de um relatório contendo a relação de todos os bens patrimoniais para a conferência e verificação dos cadastros pelos responsáveis.

As obras de domínio patrimonial executadas são registradas para fins de controle e incorporação.

Visando proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado, o Controle Interno exerceu acompanhamento, orientação e fiscalização dos recursos empregados na construção e aquisição e também das práticas utilizadas durante o manuseio e conservação dos bens.

Os relatórios mensais emitidos no exercício trouxeram apontamentos e recomendações com intuito de auxiliar a Administração Municipal a cuidar cada vez melhor patrimônio público. Dentre os pontos abordados destacaram-se:

- Constatação da execução lenta da obra de construção da Unidade Básica de Saúde - Termo de Compromisso SES 34813.561; atraso no início da obra de construção da Escola Bairro Boa Ventura - Termo de Compromisso PAR 18060/13 e demora na conclusão das obras de pavimentação Pró-Município Convênio SETOP 0564/14 e BDMG 177.161/13;

- Orientação para manter atualizado o arquivo do cadastro dos bens patrimoniais municipais com cópias das notas fiscais, empenhos e fotos (no caso de bens imóveis);
- Necessidade de expansão do controle de frotas existente e a inclusão do agendamento de utilização de veículos e manutenção preventiva;
- Execução de uma reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais, em especial dos bens mais antigos, para adequação às exigências do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com o repasse de informações atualizadas para a obtenção de uma contabilidade mais próxima da realidade do município;
- Realização de um trabalho de inspeção “in loco” para sanar divergências encontradas em relação à carga patrimonial de alguns setores, em especial quando algum bem é deslocado sem autorização ou informação ao responsável.

Em relação à obra da UBS a preocupação reside no fato da construção estar na fase estrutural, exposta ao tempo, a espera do repasse de recursos por parte do Governo Estadual para a continuidade e conclusão. As obras de pavimentação tiveram atraso devido ao longo período de chuvas que impossibilitou em grande parte sua execução e com isso o cronograma e as medições tiveram atraso. A Escola do Bairro Boa Ventura teve início ao final do exercício, após a resolução de pendências, em especial da aquisição do imóvel necessário à realização da obra. Embora em fase de execução, o Controle Interno teve especial atenção às obras e fiscalizou esse futuro patrimônio municipal por considerar sua conclusão essencial para suprir as necessidades da população, além de procurar evitar as perdas de tempo e recursos que o atraso e a paralisação quase sempre acarretam.

Nota-se uma falta de veículos e a demanda muito grande de utilização em todos os setores municipais e esse fato persiste mesmo com novas aquisições. Controlar os gastos com manutenção, aquisição de peças, abastecimento e utilizar mapas de quilometragem são procedimentos necessários e obrigatórios para frota de veículos, porém sozinhos não geram a eficiência e economia desejáveis. O atual conceito de gestão pública exige a adoção de rotinas e procedimentos que permitam planejar, antever situações e realizar as atividades dentro de uma logística, com economia de tempo e recursos. Orientou-se a utilização de mapas de quilometragem para toda a frota, a adoção do agendamento para a utilização dos veículos e a manutenção preventiva programada como práticas indispensáveis ao uso racional, eficaz e eficiente dos veículos, gerando maior economia e aumentando consideravelmente sua vida útil.

Está sendo realizado um trabalho gradativo em relação à inspeção “in loco” e atualização da carga patrimonial dos setores municipais, pois além da conferência

anual por parte dos responsáveis. Aos poucos os bens estão sendo verificados no local de sua utilização para a constatação da necessidade de relocação ou mesmo para a devolução ao local de origem no caso de transferências sem autorização, para a baixa de equipamentos inservíveis e leilão de bens cujos custos com funcionamento e manutenção torna-os onerosos e inviáveis em relação ao seu benefício.

O município ainda carece de uma reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais, em especial dos mais antigos, a fim de atender de forma plena a Novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, pois grande parte dos valores atribuídos aos bens necessita urgentemente ser corrigido.

A Administração Municipal nomeou em 02 de fevereiro de 2015, por meio da Portaria nº 010/2015, uma Comissão Sindicante para apurar eventuais responsabilidades em relação do veículo Sprinter Placa OQW 6399, de uso do Departamento Municipal de Assistência Social, furtado em São Paulo – SP. Os trabalhos foram finalizados e o relatório final encaminhado a Prefeita Municipal. Embora as averiguações não apontem culpa direta e não seja possível imputar responsabilidade a nenhum funcionário pelo ocorrido, foram considerados frágeis os procedimentos utilizados em relação ao controle de veículos, em especial para as viagens fora do município. Foi proposta a adoção de mecanismos visando aumentar a rigidez, a segurança dos controles existentes e acompanhar de maneira mais efetiva a utilização de toda a frota.

Controle Interno está revisando o Manual de Normas e Procedimentos, aprimorando as rotinas utilizadas durante a execução dos trabalhos pelos Setores Municipais, inclusive em relação ao patrimônio público, com o intuito de promover a eficiência e a eficácia no desenvolvimento das atividades e agir sempre ao encontro da legalidade.

16. Participação do município em consórcio público

Quadro 32

DEMONSTRATIVO DOS VALORES GASTOS NA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - 2015		
LEI MUNICIPAL/ CONTRATO	ENTIDADE	REPASSE
Contrato de Rateio nº 72/2015	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas - CISSUL	8.367,60
Contrato de Rateio nº 03/2015	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável - CIDAS	5.100,00
Contrato de Rateio nº 01/2015	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Região Médio Sapucaí - CIMMES	40.147,38
Total		53.614,98
Total das Receitas Orçamentárias 2015 - R\$ 14.802.982,18		Impacto Orçamentário 0,36%

O Município integrou, durante o Exercício de 2015, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas – CISSUL, repassando o valor de R\$ 8.367,60 (oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) para a realização dos serviços de atendimento e ações de educação permanente em urgência e emergência a população; Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – CIDAS, com rateio de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) para o desenvolvimento ambiental sustentável e o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Região Médio Sapucaí - CIMMES com rateio de R\$ 40.147,38 (quarenta mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos) para a instalação, aquisição de equipamentos e manutenção do consórcio, manutenção corretiva e preventiva da iluminação pública e serviços do consórcio em favor do município.

17. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM

O município procedeu, por meio de seus representantes legais do Executivo e Legislativo, o encaminhamento de informações pertinentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e dados mensais referentes à execução orçamentária e financeira mediante o envio por meio do Portal SICOM, cumprindo os prazos e termos estabelecidos no § único do artigo 4º e do caput do artigo 5º, ambos da Instrução Normativa nº10/2011 do TCEMG.

O Controle Interno acompanhou a remessa de informações pelo SICOM durante o exercício de 2015, ressaltando a importância e o esforço do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em desenvolver um sistema ágil, seguro e eficiente para a análise de dados, que propicie também alertar os gestores públicos sobre eventuais desvios e falhas, permitindo a análise e correção de forma mais rápida e principalmente obtendo êxito na importante missão de alavancar a transparência dos atos praticados e possibilitar a sociedade acesso e conhecimento para analisar e comparar onde e como estão sendo empregados os recursos do município.

18. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social

Quadro 33

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS EXERCÍCIO DE 2015				
MÊS	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS) (R\$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R\$)
JAN	100.758,69	0,00	0,00	100.758,69
FEV	108.227,47	0,00	0,00	108.227,47
MAR	112.249,53	0,00	0,00	112.249,53
ABR	5.914,85	0,00	0,00	5.914,85
MAI	215.223,00	0,00	0,00	215.223,00
JUN	109.071,52	0,00	0,00	109.071,52
JUL	44.290,52	0,00	0,00	44.290,52
AGO	141.158,89	0,00	0,00	141.158,89
SET	37.409,67	0,00	0,00	37.409,67
OUT	174.993,27	0,00	0,00	174.993,27
NOV	107.846,61	0,00	0,00	107.846,61
DEZ	230.903,37	0,00	0,00	230.903,37
TOTAL	1.388.047,39	0,00	0,00	1.388.047,39

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

As obrigações patronais repassadas ao INSS foram agrupadas de acordo com o mês do pagamento, a exceção de dezembro que trouxe o valor repassado de R\$ 200.836,33 acrescido do montante de R\$ 30.067,04 inscrito em restos a pagar.

19. Parecer Conclusivo

O processo de Prestação de Contas do Exercício 2015 foi examinado por este Controle Interno, o qual verificou que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata as Instruções Normativas nº 14/2011 e nº 02/2015 do TCEMG e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Inconfidentes acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2015.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao Controle Interno da Câmara Municipal deste Município, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos e relatórios mensais realizados durante o exercício em referência, verificou-se os procedimentos administrativos desta entidade, sendo que, as recomendações apontadas, foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2015, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade da administração. Verificou-se o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Comparativo do Balanço Patrimonial, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração dos Devedores Diversos, a Demonstração da Dívida Fundada, a Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, o Inventário Geral Analítico, o Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua aplicação, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo, o parecer conclusivo do Conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos e demais demonstrações contábeis.

Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara Municipal em 31 de dezembro de 2015, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas apta para ser aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Inconfidentes, 31 de março de 2016

Marçal Costa Tunes
Controle Interno
CPF: 984.354.266-53